

Desestatizar a saúde, o projeto do ^{Pluc n 5} Centrão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão conseguiu desestatizar o setor da saúde dando à iniciativa privada os mesmos direitos de participar junto com o governo na assistência médico-hospitalar prestada à população, tal como é hoje. O Artigo 231 do projeto que o Centrão apresentará hoje para substituir integralmente o projeto de Constituição de Bernardo Cabral estabelece que: "A assistência à saúde é livre à iniciativa privada".

O líder do governo e um dos fundadores do Centrão, deputado Carlos Sant'Anna, pretende continuar defendendo em plenário a manutenção integral do texto do projeto da Comissão de Sistematização nesse capítulo. Assessores de Sant'Anna garantiram que ele apresentará em plenário emenda restabelecendo o Artigo 234, que determina: "Cabe ao poder público a regulamentação, execução e controle das ações e serviços de saúde". Esse artigo foi excluído do projeto do Centrão, como também parte do seu parágrafo 1º, que condicionava a participação da iniciativa privada no sistema único de saúde de forma apenas supletiva, e sob as condições estabelecidas em "contrato de direito público".

Para os defensores da privatização do setor, essas alterações são imprescindíveis, como forma de impedir a intervenção pura e simples do governo nos hospitais particulares. O parágrafo 2º do mesmo artigo também foi completamente modificado no projeto do Centrão, abrindo às empresas e capitais de procedência estrangeira o direito de também participar na assistência à saúde da população, inclusive no Sistema Nacional Único de Saúde, porém só nos casos previstos em lei.

O Artigo 233, alterado para 230 no projeto do Centrão, acrescenta a palavra "públicas" às ações e serviços de saúde que integrarão a rede regionalizada e hierarquizada e que constituirão um sistema único, organizado de acordo com várias diretrizes dando prioridade às atividades preventivas, sem prejuízo, porém, dos serviços assistenciais. O projeto do Centrão mantém, contudo, a proibição de destinação de recursos públicos para subvencionar instituições privadas de saúde com fins lucrativos, mas prevê sua participação "complementar" no sistema único de saúde mediante "contrato ou convênio" cujos recursos são provenientes do governo.

CRÍTICAS

Apesar da inclusão da iniciativa privada em todos os aspectos do atendimento de saúde à população, há deputados, como Roberto Jefferson (PTB-RJ), que ainda acham o projeto "muito estatizante, por influência direta do líder Carlos Sant'Anna". Jefferson ainda tentava, até ontem à noite, introduzir algumas modificações no texto, "para não fazer o jogo do presidente do Inamps, Hélio Cordete, e da Flacruz, Sérgio Arouca".

A Federação Brasileira de Hospitais já teve uma primeira reação ao projeto do Centrão. Seu presidente, Reinaldo Chaves, disse que o texto "ainda não é o ideal, mas atende aos interesses da iniciativa privada, dentro da atual realidade". Chaves admite que esperava um pouco mais de equilíbrio entre os dois setores, público e privado, pela grande situação deste último na área da saúde, mas, mesmo assim, acha que o projeto do Centrão evoluiu bastante em favor da livre iniciativa, se comparado ao texto do projeto da Comissão de Sistematização.

ESTADO DE SÃO PAULO

13 JAN 1985